

Associação de escolas privadas teme que pais deixem de conseguir pagar colégios

Bárbara Wong

Ministério da Educação avança com proposta que fica abaixo da inflação prevista para este ano. AEEP quer que tutela se aproxime do custo real do ensino

Os pais que têm os filhos nos colégios privados vão ter mais dificuldade em pagar as mensalidades e muitos terão mesmo de tirar as crianças dessas escolas, teme a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP). Em causa está a actualização dos valores dos contratos simples e de desenvolvimento, que o Ministério da Educação (ME) estabelece com os pais anualmente, para subsidiar o pagamento das propinas nessas escolas.

O ME e a AEEP ainda não acordaram, para este ano lectivo, os valores de actualização. A associação propôs um aumento de 10 por cento, para os

escalões que abrangem os pais com menores (1.º escalão) e maiores (4.º escalão) recursos. Para os escalões intermédios, a proposta é de cinco por cento. A tutela aponta para uma subida de apenas dois por cento, abaixo da inflação prevista, revela Queiroz e Melo, director executivo da AEEP.

O valor total do apoio do contrato simples é de 19 milhões de euros. O de desenvolvimento será semelhante. Portanto, calcula a AEEP, o impacto da proposta não deverá custar mais de quatro milhões, o que significa 0,07 por cento do orçamento do ME. “Quando o Governo anuncia medidas de apoio à família, não compreendemos esta decisão. Os contratos são uma ajuda directa às famílias. Há um recuo que põe em risco famílias para quem, em muitos casos, se tornará difícil a continuação da frequência da escola”, alerta Queiroz e Melo.

Os contratos de desenvolvimento são feitos com as famílias que têm filhos no ensino pré-escolar, enquanto os simples destinam-se a apoiar os alunos dos ensinos básico e secundá-

Magalhães no privado

Ministério quer entregar todos os portáteis até à Páscoa



O Ministério da Educação anunciou ontem que estão abertas

as inscrições para os alunos das escolas do ensino particular e cooperativo aderirem ao programa *e-escolinhas*. Para já, 300 mil crianças, num universo de mais de 500 mil, estão inscritas para receber o portátil Magalhães. O processo de inscrição deverá estar concluído no próximo mês. Diariamente estão a ser entregues sete mil computadores; já foram distribuídos 120 mil, anuncia a tutela em comunicado. Até à Páscoa, o Magalhães chegará a todos os alunos do 1.º ciclo.

rio. Para definir os escalões, o Estado recorre a uma fórmula que tem em conta algumas despesas. Por exemplo, para o 1.º ciclo do básico, o Estado comparticipa em 57 por cento a educação dos alunos do 1.º escalão e apenas 27 por cento dos do 4.º. À medida que os estudantes vão progredindo no ensino, a comparticipação diminui.

Além das propostas avançadas para este ano, a AEEP fez ainda sugestões para aplicar a médio prazo: aproximar as anuidades ao custo real de cada ciclo de ensino e indexar as captações à inflação. A AEEP considera que as despesas com habitação deveriam constar da fórmula e que, no prazo de quatro anos, o investimento público aumente de maneira a que o apoio às famílias do 1.º escalão chegue a 90 por cento. A associação sugeriu ainda a criação de um 5.º escalão de maneira a abranger todos os alunos. “Estas modalidades contratuais deveriam ser expressão do princípio da gratuitidade do ensino obrigatório”, conclui Queiroz e Melo.